

## Colonização e devastação no planalto oeste catarinense

Pedro Marcon Lindenmeyer  
pedro\_hist@grad.ufsc.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este trabalho analisa o processo de devastação da Floresta da Araucária, denominada cientificamente de Floresta Ombrófila Mista (FOM), no Estado de Santa Catarina, relacionando-o com o início do povoamento do oeste catarinense no final do século XIX e início do XX. Buscamos colocar em foco a necessidade atual de preservar as poucas áreas restantes de mata nativa – A Floresta da Araucária, Floresta Ombrófila Mista (FOM) –, que hoje se limitam a menos de 7 % do original, o que se verifica pela criação de duas unidades de conservação: O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta, que, juntos, representam uma área de, aproximadamente, 18.000 hectares.

**Palavras-chave:** Devastação; Colonização; Araucária; Oeste Catarinense

**Abstract:** This paper analyzes the devastation of the Araucaria Forest, known scientifically as Mixed Ombrófila Forest (FOM), in the State of Santa Catarina, relating it to the beginning of peopling of the *catarinense* west in the late 19th and early 20th. We seek to bring into focus the current need to preserve the few remaining areas of native forest – the Araucaria Forest, Mixed Ombrófila Forest (FOM) – that today are limited to less than 7% of the original, which is verified by creating two protected areas: The National Park of Araucaria and the Ecological Station of Black Forest, which together represent an area of approximately 18,000 hectares.

**Keywords:** Destruction; Colonization; Araucária; Catarinense West

### Colonization and deforestation in the west plateau of Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina, antes da chegada intensa dos imigrantes europeus, a cobertura florestal original representava 81,5% da área do Estado. A Floresta da Araucária, Floresta Ombrófila Mista (FOM), abrangia um total de 40.807 quilômetros quadrados, ou seja, 42,5% da vegetação do Estado. Isto, entretanto, não foi suficiente para a sua preservação. Hoje, estima-se que os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, nos estágios primários ou mesmo avançados, não perfazem mais de 7% da área original, o que a coloca entre as tipologias mais ameaçadas do bioma Mata Atlântica.

A degradação da área florestal é próxima dos arranjos sociais históricos que utilizaram e utilizam o espaço. Nesta relação encontramos a extração vegetal como o produto principal da economia da região. Desde a chegada dos migrantes provenientes do estado vizinho gaúcho, a floresta serviu como objeto de exploração. Estes migrantes vinham com a certeza de encontrar boas terras, muitas vezes já preparadas por empresas colonizadoras para o



cultivo, ou seja, já estavam “limpas” tanto no que tange à expulsão de “brasileiros” e índios como na retirada das melhores toras de madeiras.

Recentemente, muitos historiadores têm se dedicado ao estudo do povoamento catarinense.<sup>1</sup> Num viés que circunscreve a colonização da região do planalto oeste catarinense, a obra de Arlene Renk<sup>2</sup> aborda pontos etnográficos antagônicos na relação entre o “brasileiro”: ervateiro, tarefeiro, homem caboclo miscigenado, o qual era a principal mão-de-obra nas indústrias de erva-mate; e os “de origem”: população migrante, descendentes de teutos e ítalo provenientes – no caso do oeste catarinense – de estados vizinhos, a maioria vinda do Rio Grande do Sul, em meados do século XX.

Outro autor que analisa a colonização da região é Telmo Marcon<sup>3</sup>, este dá prioridade ao papel do caboclo na formação cultural da região de Chapecó e do oeste catarinense. Observa como o caboclo foi importante na caracterização do espaço e na construção das relações sociais com os outros personagens que participaram do povoamento.

A intensificação de circulação populacional no oeste ocorre somente no século XX – em contraponto ao litoral onde, desde o século XIX, pode-se verificar a chegada em massa de trabalhadores europeus. Com a resolução do conflito da Guerra Sertaneja do Contestado em 1917, se configura a grande onda de migração à região oeste (principalmente com a criação do município de Chapecó, no mesmo ano). Após o acordo de limites, em 1917, Santa Catarina, de posse da área ex-contestado, passou a assegurar a sua incorporação, através da criação de quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó.<sup>4</sup>

Porém, é importante relatar como se deu a construção do povoamento no período antecedente ao Contestado e à criação do município de Chapecó.

Nos primeiros contatos com a região ainda virgem de ocupação branca, no século XVIII, com a expansão das Frentes Pastorais, as Fazendas de Criar, e, em consequência disso, com a descoberta dos Campos de Guarapuava, Lages, Palmas, Erê e Irani é que se inicia o processo de reconhecimento do oeste. Este processo irá se intensificar com a freqüente passagem de tropas de muare no caminho Rio Grande – São Paulo. A partir daí, a atividade principal passou a ser o tropeirismo (1739-1879), comércio periférico em relação à mineração e à cultura cafeeira, que, porém, decai em muito com a inserção das ferrovias no cenário catarinense.

<sup>1</sup> Um grande pólo que desenvolve pesquisas sobre a colonização no estado é o Laboratório de Imigração e Migração – LABIMI, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> RENK, Arlene Anelia. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997

<sup>3</sup> MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

<sup>4</sup> RENK, op cit, p. 44.



A atividade do tropeirismo ajudou em muito no surgimento de novas áreas de ocupação, pois ao criar estradas – para o tráfego das “tropas” – e com a prática das “invernagens” é que foram construídos novos pontos de pouso que se desenvolveram, chegando a estabelecer pequenas vilas próximas à rota. Como consequência da abertura de estradas ocorre a atração de moradores vindos das províncias de São Paulo, Paraná e, principalmente, do Rio Grande do Sul. Estes moradores se organizam em pequenos povoados como, por exemplo, ocorreu em Goio-En e Passo Bormann.

Os moradores que se fixaram na região foram estabelecendo relações comerciais com os tropeiros, fornecendo produtos para a alimentação consumidos durante as viagens (carne, banha, açúcar, cachaça etc...) (...) favorecendo o intercâmbio de informações, idéias, costumes e notícias sobre acontecimentos do Sul ou da província de São Paulo.<sup>5</sup>

A próxima etapa para a fixação do povoamento do oeste foi a instalação das colônias militares na década de 1880, de modo que estas se localizassem dentro de uma zona de dez léguas contínuas, nos limites do Império com países estrangeiros e com terras devolutas. A Colônia Militar de Chapecó, instituída em 1882, representou importante passo no povoamento da região, com caboclos, visto que os lotes foram especialmente destinados aos nacionais e mestiços – pois, como verificado, a chegada de descendentes de europeus do Rio Grande do Sul se concretizará em décadas posteriores.

Com isso, se mostra clara a intenção do governo em ocupar grandes vazios próximos à fronteira (em virtude defensiva) dado que as terras do atual oeste catarinense – na época pertencentes à província do Paraná – estavam, no final do XIX, em disputa com a vizinha Argentina. “O território situado no extremo-oeste, confrontando-se com a República Argentina, que sobre grande parte de sua área pretendeu soberania, tendo sido os direitos do Brasil reconhecidos pelo laudo arbitral do Presidente Cleveland dos Estados Unidos, em 1895 [...]”<sup>6</sup>

Outro fator que se pode acrescentar à chegada de migrantes ao oeste catarinense é o fato de tanto o Rio Grande quanto Santa Catarina, no final do Século XIX e início do XX, estarem, respectivamente, em situações de insurgências. Por ocasião da Revolução Federalista, a população da colônia e adjacentes somou-se àquela vinda do Rio Grande do Sul. Muito se deu pela insignificante ação do poder institucional do governo na região,

<sup>5</sup> MARCON, T. op cit. p. 60

<sup>6</sup> CABRAL, O. Apud. MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.



permitindo o livre exílio e um abrigo seguro para os fugitivos da justiça. Certamente muitos desses soldados Federalistas permaneceram na região. Do mesmo modo, com o desfecho do conflito Contestado, os caboclos que sobreviveram fugiram da região buscando alternativas de sobrevivência.

Apaziguados os ânimos no meio-oeste, o fluxo de migrantes toma grandes proporções, sobretudo, a partir da década de 1920, na qual nota-se a ampliação de empreendimentos comerciais sul-riograndenses na região, que resultam num processo de revenda das terras do oeste catarinense a colonos descendentes de europeus das velhas colônias do RS. Estes colonos estavam sofrendo com a falta de terras no norte do estado gaúcho, o que certamente fez das áreas ainda intocadas do oeste um grande impulso para esse intenso movimento humano. Esses novos personagens já possuíam uma representação de uma ideologia de colonização européia no país, tendo como protagonista os “colonos trabalhadores, construtores do progresso e da civilização”, porém, estava de fora desse projeto colonizador a população “brasileira” – posseira, cabocla e indígena – que configurava o obstáculo a ser ultrapassado.

Sobre as condições de compra de terra, Renk descreve que a terra do oeste catarinense era barata em relação à gaúcha, mesmo sendo de melhor qualidade: era possível adquirir o dobro da área comprada no Rio Grande do Sul pelo mesmo preço. Outra razão para o êxodo estaria nos “altos impostos” daquele estado.<sup>7</sup>

Mas a causa de maior empreendimento na venda das terras era a existência ou não das grandes árvores de Araucárias nos lotes a serem comprados pelos colonos, deixando-a mais acessível quando a Companhia já havia extraído a madeira, que possuía alto valor de mercado. Por esse motivo as companhias colonizadoras foram importantes na divulgação desses lotes agricultáveis. Na maioria dos exemplares do periódico “A Voz de Chapecó” existem anúncios e propagandas da Empresa Colonizadora “Ernesto F. Bertaso”, como por exemplo: “A propaganda de suas terras [terras da companhia] é feita pelos que já compraram e nelas residem”.<sup>8</sup>

A abundância de Araucárias e outras madeiras nobres eram vitais ao interesse econômico que incidia sobre essa região. É, então, a partir da extração da madeira que, no oeste, irá se configurar uma transformação do espaço regional, principalmente nas matas, em consequência da expansão das madeireiras e do incremento da agricultura. Esses empreendimentos, identificados com símbolos de desenvolvimento econômico e de

---

<sup>7</sup> RENK, A. op cit., p. 66.

<sup>8</sup> A Voz de Chapecó. 14 de Maio de 1939; ano I n. 2. P.2.



progresso, criaram muitos conflitos e marginalizaram muitos caboclos, que tiveram de migrar para outras regiões.<sup>9</sup> Então, o colono e seus empreendimentos, madeireiro e agrário, desconsideraram a população brasileira, ignorando a presença dos caboclos posseiros, fixados décadas antes.

A expansão populacional e econômica da região ocorreu durante os anos de 1920-30, junto ao crescimento significativo do setor madeireiro vinculado à extração vegetal. Imigrantes dão prioridade às atividades madeireiras e se organizam no comércio de exportação da madeira catarinense transportando-a via balsas, que no porto de Goio-En são embarcadas para a Argentina cada vez que as águas do Rio Uruguai elevavam-se. “Muitos caboclos trabalharam nestas atividades madeireiras, contribuindo para o próprio desmatamento da região, enquanto outros se fixaram na terra.”<sup>10</sup>

O periódico “A Voz de Chapecó”, mostra o intenso comércio com a república vizinha: “Rio Uruguai: Segundo fomos informados, pela ultima enchente do rio acima mencionado, desceram para à República Argentina talvez trezentas balsas de madeiras dos municípios marginais, tendo assim ocupado aproximadamente dois mil homens.”<sup>11</sup>

Analisando-se algumas mensagens de governadores à Assembléia do Estado no início do século XX, nota-se a importância das florestas para a economia de Santa Catarina. Num caso específico, o governador Antonio Pereira da Silva relata a necessidade de manter ou de, pelo menos, diminuir a devastação das matas catarinenses, advertindo sobre o alto preço da madeira e, num tom profético, alerta sobre a possível mudança no cenário da região:

Ocorre nos a todos, e sobretudo, aos que governam a indeclinável obrigação de cuidar de recompor beleza, a riqueza e o vigor de nossa terra, até hoje barbaramente explorados, e muitas vezes, inutilmente destruídos. A continuar, sem os cuidados do replantio, a fúria devastadora das matas, espicaçadas pelos altos preços que ultimamente tem obtido a madeira, não passarão muitas décadas para que tenhamos a tristeza de ver parte do nosso interior, hoje virente e fértil, transmutado em região desolada e safara.<sup>12</sup>

O coronel Antonio Pereira da Silva, no apelo à riqueza natural do estado, observa os danos que empresas colonizadoras fizeram a esse bem florestal. Porém, o governador tem consciência da força econômica das colonizadoras e empresas extratoras de madeiras e, assim,

<sup>9</sup> MARCON, T. op cit. p. 69.

<sup>10</sup> Idem, p.79.

<sup>11</sup> I. 4 de junho de 1939; ano I n. 5 P.4. BPESC.

<sup>12</sup> Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1924, pelo coronel Antonio Pereira da Silva, P.42-43. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC.



sugere o que hoje poderíamos de chamar de uma política sustentável, ou seja, o reflorestamento natural – não exógeno – da área devastada:

Talvez não seja nesse momento oportuno, pela escassez de recurso e por falta de um plano, cuja elaboração exige demorado estudo, fazer a defesa completa de nossa riqueza florestal, por meio de regulamentos, mas não se adie por mais tempo a adoção de providências preparatórias, como sejam compelir as grandes empresas exploradoras de madeiras a realizarem um reflorestamento proporcional as grande derrubadas, sendo razoável que por elas se comece, por terem os maiores lucros do negócio e possuírem um aparelhamento que lhes torna mais fácil o serviço, - e estimular, por todos os meios, a iniciativa particular, para que cada lavrador plante arvores, cujo o amor se irá educando e cujas utilidades apreciará melhor, por serem filhas do seu trabalho.<sup>13</sup>

Sobre a utilização da floresta por companhias extratoras, o mesmo coronel Antônio Pereira da Silva, governador do estado no início do século XX, faz menção sobre as estradas primeiras estradas de ferro na região:

Infelizmente as companhias ferroviárias que mantêm as linhas de nosso estado se têm conservado alheias ao assunto, apesar do interesse que nele deviam ter como maiores consumidores de combustível vegetal. Praticariam eles um ato de justa restituição à terra catarinense e, ao mesmo tempo, de providente defesa de seus interesses, se seguissem o exemplos das empresas paulistas, que, estabelecendo grandes hortos florestais, garantiram a sua prosperidade, criando também uma obra de das que mais enaltecem o nome brasileiro.<sup>14</sup>

No decorrer do século XX, observamos que as conseqüências desse modelo de colonização, alicerçado no intenso extrativismo vegetal da Araucária e de outras madeiras nobres, foram irrecuperáveis para fauna brasileira. Este tipo de floresta, também por estar dentro do bioma Mata Atlântica, tem, na virada do século XXI, recebido grande importância.

Em novembro de 2003, o Ministério do Meio Ambiente deu início ao processo de criação de unidades de conservação (UC) na área de ocorrência da Floresta com Araucária nos Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo as Unidades de Conservação de fundamental importância para impedir a extinção de um dos ecossistemas mais antigos da Terra. Os trabalhos da Força-Tarefa foram desenvolvidos para poder dar andamento na instituição da UC, participaram 40 técnicos, de 16 instituições, que percorreram mais de 41.000 quilômetros

---

<sup>13</sup> Idem. p. 43.

<sup>14</sup> Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1924, pelo coronel Antonio Pereira da Silva. APESC. p. 42.



nos Estados do Paraná e Santa Catarina<sup>15</sup>, em quatro etapas de campo, além de dois vãos para visualização das referidas áreas.

O oeste do estado de Santa Catarina sofreu perdas em grande escala da Floresta Ombrófila Mista. Tentativas por parte do governo federal através do Ministério do Meio Ambiente estão sendo feitas nos últimos anos para conservar o pouco que resta desta floresta. Uma destas medidas foi a criação, através do decreto do Presidente da República, datado de 19 de outubro de 2005, do Parque Nacional das Araucárias, nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, com uma área de 12.841 hectares e a Estação Ecológica da Mata Preta, no município de Abelardo Luz, com uma área de 6.563 hectares, como unidades de conservação. O objetivo desta criação é o de preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Ambas ficam localizadas no oeste de Santa Catarina e passaram pelo mesmo processo de colonização que aconteceu em toda a região.

Esses municípios – Abelardo Luz, Passos Maia e Ponte Serrada – onde ainda existem resquícios intocados da Floresta da Araucária fazem parte da microrregião geográfica de Xanxerê, que se localiza no oeste de Santa Catarina e limita-se com as microrregiões de Joaçaba, de Concórdia, de Chapecó, e com o Estado do Paraná. Atualmente essa microrregião é constituída por 9 municípios: Abelardo Luz, Fachinal dos Guedes, Galvão, Marema, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

A maior parte da população desses municípios, como na maioria da região, foi formada por descendentes de alemães e italianos procedentes do Rio Grande de Sul. Em 1980, contava com um contingente populacional de 117.769 habitantes, dos quais a maior parte vivia no meio rural (75.700 habitantes). Na região, segundo as estimativas, seria Xanxerê o município mais populoso.<sup>16</sup>

A economia desses municípios encontra-se fundamentada na agricultura e na industrialização da erva-mate. A área da parte sul de Ponte Serrada e todo o município de Vargeão é considerada acidentada e ocupada por colonos italianos, migrantes do Rio Grande do Sul. Já a parte norte desses municípios apresenta área plana, com campos e faxinais, onde se concentram as maiores áreas.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Rede de Proteção as Araucárias. Disponível em: [http://www.redeprouc.org.br/araucarias\\_06.html](http://www.redeprouc.org.br/araucarias_06.html). Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

<sup>16</sup> SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. *Atlas escolar de Santa Catarina. Florianópolis: SEPLAN, 1991. P. 67.*

<sup>17</sup> RENK, A. op cit P.14





Há na região a predominância de uma vasta área de pinheiro, árvore predominante, por sobre as densas e largas copas das imbuías, formando uma cobertura própria e muito característica. Precisamente em virtude desta cobertura densa e do verde-escuro das copas dos pinheiros, estes bosques são denominados pelos serranos de Mata Preta.<sup>18</sup>

Foram muitas as formas de atividade econômica empregadas na sociedade e são claras as necessidades de reformulá-las, muitos são os críticos de modelos historicamente utilizados para sustentar o crescimento de grupos sociais estruturados. Um exemplo desse modelo foi aquele com o qual se configurou a atividade econômica empregada no oeste catarinense nos séculos XIX e XX. Esta atividade teve como consequência uma devastação sem precedentes na história de Santa Catarina. Desenvolvido num ciclo, a madeira extraída era um produto de fácil comercialização e caracterizava a principal fonte de riqueza e base da economia local.

Depois da extração de um grande número de madeiras e a da devastação ocupando uma grande área, iniciaram-se as leis de proteção à Floresta. Até os dias de hoje, continua a luta para acabar com a derrubada e manter o pouco que resta da Floresta de Araucária, no Estado, através do que se chama hoje da instituição: Unidade de Conservação.

#### Fontes

*A Voz de Chapecó*, anos de 1939-41. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPESC.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao congresso representativo, em 22 de julho de 1924, pelo coronel Antonio Pereira da Silva, p. 42-43. Documento consultado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC.

#### Referências

BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917 - 1950*. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado

CESCO, Susana. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe*: discussões sobre “progresso” e transformação ambiental. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, fev. 2005.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>18</sup> Araucária web site. Disponível em: <http://www.araucariaswebsite.hpg.ig.com.br/formacoes.html> . Acesso: em 23 de fevereiro de 2007.





NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. Tese de Doutorado

MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

RENK, Arlene Anelia. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. *Atlas escolar de Santa Catarina*. Florianópolis: SEPLAN, 1991. P. 67

THOMÉ, Nilson. *Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX*. Caçador: Universal, 1995.

Rede de Proteção as Araucárias. Disponível em:

[http://www.redeprouc.org.br/araucarias\\_06.html](http://www.redeprouc.org.br/araucarias_06.html). Acesso em 23 de fevereiro de 2007.

Araucária web site. Disponível em

<http://www.araucariaswebsite.hpg.ig.com.br/formacoes.html>, acessado em 23 de fevereiro de 2007.

SANTA CATARINA. Mensagem à Assembléia Legislativa, Esperidião Amim Helou Filho. Fevereiro de 1999. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

